

ÍNDICE

Apresentação	9
 I. O fenómeno financeiro e suas diferentes expressões	13
1. Relevância do fenómeno financeiro público	13
2. Caracterização geral do fenómeno financeiro público	14
3. Necessidades públicas, bens coletivos e bens públicos	16
4. Incapacidades ou «falhas» do mercado e meios para as suprir	19
5. A provisão pública de bens e as escolhas que a determinam	23
6. Expressões internacionais do fenómeno financeiro público	25
7. As finanças públicas da União Europeia e suas singularidades	27
8. Principais dilemas das decisões financeiras públicas	30
9. Heterogeneidade, extensão e complexidade crescente do fenómeno financeiro	33
10. O estudo das Finanças Públicas num mundo em profunda mudança	38
11. Princípios estruturantes das novas Finanças Públicas	44
 II. O Orçamento do Estado português após o «Semestre Europeu»...	51
1. O Orçamento do Estado e suas funções essenciais	52
2. A função económica do Orçamento do Estado	54
3. A função política do Orçamento do Estado	56
4. A função jurídica do Orçamento do Estado	62
5. Outras funções orçamentais, o Parlamento e a união monetária europeia	63

6.	A questão da soberania financeira dos Estados membros da União Europeia	68
7.	As revisões e exigências crescentes do Pacto de Estabilidade e Crescimento.	71
8.	Repartição e exercício dos poderes financeiros pelo Estado e pela União	78
III.	O equilíbrio orçamental e a sustentabilidade financeira.	83
1.	Equilíbrio orçamental, estabilidade e sustentabilidade financeira .	83
2.	Conceito, relevância e atualidade do princípio do equilíbrio orçamental	85
3.	Principais critérios de equilíbrio orçamental substancial	89
4.	Crítérios de equilíbrio orçamental adotados em Portugal.	96
5.	Conclusão sobre os vários critérios de equilíbrio orçamental.	102
6.	Efeitos do equilíbrio orçamental e equilíbrio económico geral	105
7.	O equilíbrio orçamental na Lei de Enquadramento de 2001	109
8.	Obrigações financeiras decorrentes da União Europeia.	111
9.	A atual Lei de Enquadramento e o equilíbrio orçamental.	115
10.	O equilíbrio orçamental e a estabilidade e sustentabilidade financeira	121
IV.	As novas regras de governação económica e de supervisão orçamental	127
1.	As regras europeias de governação económica e de supervisão orçamental e da dívida	127
2.	Princípio da (auto-) responsabilidade financeira	129
3.	Unidade do sistema financeiro e estabilidade macroeconómica ...	132
4.	Justificação da governação económica e da supervisão orçamental e da dívida pela União	136
5.	Do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC) ao Semestre Europeu	141
6.	A reforma da governação económica e da supervisão orçamental de 2024.	147
7.	As novas regras europeias de coordenação económica e supervisão orçamental	156
8.	Os novos Planos Orçamentais-Estruturais de Médio Prazo.	163

9. Aprovação e aplicação dos Planos Orçamentais-Estruturais de Médio Prazo	168
10. Supervisão multilateral flexível e convergência económica e orçamental efetiva	172
11. Adequação das novas regras de governação económica e supervisão orçamental	178
V. As finanças da União Europeia e sua natureza própria	185
1. Finanças públicas internacionais e finanças públicas europeias.	185
2. Evolução do sistema financeiro das Comunidades e da União	187
3. Grandes mutações estruturais das finanças europeias	199
4. Ainda (o contributo basilar de) MUSGRAVE e as funções financeiras da União	212
5. Aspetos específicos das finanças da União Europeia.	221
6. Da natureza das finanças da União Europeia: (por fim,) no limiar do federalismo?.....	228
7. Diferentes proposições sobre a natureza das finanças da União Europeia	229
8. Conclusão sobre a natureza específica das finanças da União Europeia	238
VI. Um processo de integração internacional baseado na solidariedade	245
1. Um processo de integração económica internacional singular	245
2. Igualdade entre os membros da União Europeia e identidade nacional	248
3. Identidade e diversidade entre os Estados membros.	252
4. Cooperação leal e solidariedade entre os Estados membros e seus povos	258
5. Uma conclusão sobre a unidade e a solidariedade no seio da União Europeia	266
Referências Bibliográficas	271
VII. Quatro décadas de Portugal «na Europa»: antes e depois dos fundos europeus	273
1. Quatro décadas de Portugal na União Europeia: que balanço(s)? ..	273
2. Nem sempre a caminho da prosperidade e da coesão.	275

3. Os fundos europeus e Portugal: relevância e resultados «contraditórios»	280
4. Justificação dos fundos europeus: a coesão económica, social e territorial	282
5. Efeitos estruturantes (e também redistributivos) dos fundos europeus.....	289
6. Perda da posição económica de Portugal face aos restantes países europeus.....	295
7. A inquietante ausência de convergência real com os níveis médios europeus.....	301